

## A Reforma Agrária Peruana: Uma Experiência Radical sob controle Militar (1962-1993)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)



### Introdução

“O melhor governo deste país, foi o que me deportou, o de Velasco Alvarado”.

Hugo Blanco, líder campesino que atua desde o início dos anos 1960 em entrevista ao autor, realizada em 13 de abril de 2013.

Em 3 de outubro de 1968 os tanques de guerra do general Juan Velasco Alvarado cercaram o palácio de governo em plena madrugada. De lá retiraram o presidente Fernando Belaunde Terry, que foi enviado num avião para o exílio na Argentina. No Brasil a notícia repercutia

como mais um golpe militar no continente Latino-americano, motivado pelo desejo de setores militares de impedir a possível vitória de Victor Raú Haya de La Torre, o histórico líder da Acción Popular Revolucionária Americana (Apra) nas eleições presidenciais de 1969. Não seria a primeira vez. Em 1962 um golpe militar impedira a vitória de Haya e o governo ditatorial entregara o poder a Fernando Belaunde Terry em eleições diretas.<sup>1)</sup> Haya fora rejeitado como revolucionário durante os anos 1930, face suas propostas de ampla reforma agrária e intervenção estatal na economia. Além do mais liderara duas revoltas demarinhos em 1932 e 1948 onde ocorreram mortes de militares. O que na época ninguém escrevia no Brasil era que Haya de La Torre após passar seis anos escondido na embaixada da Colômbia mudara de posição: A partir do fim da ditadura de Manuel Odría (1948-1956) o caudilho optara por um acordo com a oligarquia agrária, quetanto tinha criticado. Estabelecera-se o governo da convivência entre partidos oligárquicos e o Apra durante a presidência de Manuel Prado (1956-1962).

Contudo também as forças armadas tinham mudado, pelo menos um setor importante de oficiais encastelado no Centro de Altos Estudios Militares (CAEM), órgão de planejamento estratégico dos oficiais, similar à Escola Superior de Guerra do Brasil. Generais, como Edigardo Mercado Jarrin, entendiam que o país precisava industrializar-se para poder desenvolver-se econômica e militarmente. Afinal havia velhos e novos temoresentre os oficiais. O antigo fantasma chileno, que marcou a mentalidade militarface à derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883) bem como a expansão brasileira rumo ao pacífico.<sup>2)</sup> Aos riscos externos somavam-se os tradicionais riscos internos o Apra, ainda que modernizado, e os sempre temidos comunistas. De acordo com<sup>3)</sup> os oficiais do começo do século XX chamavam a atenção para a necessidade de que o exército fosse o educador da nação, incorporando o índio às suas fileiras. No início dos anos 1960 a perspectiva dos oficiais do Centro de Altos Estudios mostrava a necessidade de incorporação do indígena, não via quartel, pelo menos

---

<sup>1)</sup>Ver:Jornal O Estado De São Paulo - Golpe Militar no Peru. Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de outubro de 1968, 2.

<sup>2)</sup> Sobre a expansão brasileira o Ministro do Exterior de Velasco Alvarado mostrava-se temeroso da Construção da Rodovia Transamazônica em 1971. Em quinhentos dias a estrada ficaria pronta e o Brasil se aproximaria do Pacífico. Era necess'ário povoar as áreas limítrofes com colonos. Ver: Ata de Reuniõn Del Consejo de Ministros Del 25 de febrero de 1971, In: Actas Del Gobierno Militar Del Perú, P: 62.

<sup>3)</sup> Medrano, Eduardo Toche; *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima: Desco-clasco, 2008.

não só através dele, mas da propriedade da terra. A reforma agrária teria aqui um conteúdo **devacina contra a Revolução**, servindo de preventivo a que camponeses apoiassem movimentos de esquerda. Estes oficiais pareciam estar em sintonia fina com o discurso da Aliança para o Progresso, que em 1961 durante a Conferência de Punta Del Leste (Uruguai) indicou a necessidade de que os países latino-americanos realizassem a reforma agrária<sup>4</sup>.

Neste trabalho discutiremos a breves traços do processo de reforma agrária peruana. Começamos enfocando a luta por sua realização desencadeada por movimentos camponeses. Posteriormente analisa-se a realização da reforma sob regime militar, pensando suas tensões internas e contradições.

Num terceiro momento discute-se o fim do processo, iniciado após a queda de Velasco Alvarado (1975) e acelerado, após a redemocratização de 1980. Finalmente lança-se um brevíssimo olhar sobre a questão agrária em nossos dias, a fim de que o leitor possa ter uma noção mais aproximada da realidade de um país pouco conhecido entre nós do conissul.

## **Movimento camponês e a luta por reforma agrária**

### **O problema do índio é o problema da terra**

#### **José Carlos Mariátegui**

A questão agrária neste país Andino-Pacífico-Amazônico esteve pelo menos desde a segunda metade do século XIX extremamente ligada à problemática indígena. Até este momento as antigas “repúblicas de índios”<sup>5</sup> conhecidas então como comunidades desfrutavam de relativa autonomia, posto que pagavam impostos aos sucessivos governos. Entretanto o país beneficiou-se da exportação de guano, que retirado do excremento das aves era utilizado como adubo. O presidente Ramón Castilla (1854-1862) tomou duas decisões aproveitando a prosperidade, que rapidamente se esfumaria ante as jogadas do mercado internacional. Aboliu a escravidão, indenizando os proprietários e acabou com o tributo indígena<sup>6</sup>. Esta última teve significado importante para as comunidades. Já que não pagavam mais impostos ao Estado, as

<sup>4</sup> Pecequillo, Cristina Soriano *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, P: 215.

<sup>5</sup> Referência a uma divisão feita pelo vicerrei Toledo, que mantinha áreas separadas para populações indígenas desde fins do século XVI. Ver: Pérez, Alán García; “El Síndrome Del Perro Del Hortelano”. *Diario El Comercio*, Lima, Peru, 28 de outubro de 2007. [http://elcomercio.pe/edicionimpresa/html/2007-10-28/el\\_sindrome\\_del\\_perro\\_del\\_hort.html](http://elcomercio.pe/edicionimpresa/html/2007-10-28/el_sindrome_del_perro_del_hort.html) Acessado em 23-05-2013

<sup>6</sup> Contreras, Carlos e Cueto, Marcos; *Historia del Peru Contemporáneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2007, 145

terras não interessavam mais à sua burocracia. A medida que grandes proprietários ligados ao poder político local se interessaram em avançar contra as terras indígenas, com o objetivo de criar gado na serra, e, especialmente a partir dos inícios do século XX produzir açúcar na costa, não houve barreira estatal para seus objetivos<sup>7</sup>.

Barreira só a resistência das comunidades, que vez por outra se rebelavam contra o processo de expansão em lutas muitas vezes infrutíferas. De todo modo o problema agrário estava posto: para os grandes proprietários, como em tantos países latino-americanos, tratava-se de levar o progresso a áreas não tocadas por ele. Para os indígenas era a resistência. Houve mesmo aqueles que aproveitaram a desastrosa campanha na guerra do Pacífico (1879-1883) para revoltar-se e impedir o avanço do centralismo, entendido então como a conquista final contra suas terras<sup>8</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX iniciou-se a organização sindical no meio agrário. Em 1916 Juan Hipólito Pevez Oliveros, ajudava a fundar o primeiro sindicato de trabalhadores na zona açucareira. Em 1921 o departamento de Ica assistiu a tentativa de organização de uma federação regional. No ano seguinte nascia a Federación General de Yanaconas<sup>9</sup> y Campesinos Del Perú. A década de 1920 não significou a expansão do sindicalismo, mas multiplicação dos protestos camponeses em todo país. Na costa greves nas empresas açucareiras a luta de comunidades para recuperar suas terras, que eram tomadas por estas empresas. Do mesmo modo a serra assistiu a protestos como os de Huancané, departamento de Ayacucho, onde houve a redação de uma lei de retomada de terras.<sup>10</sup> Vivia-se a ditadura de Augusto B. Leguía, que voltara ao poder em 1919 e nele permaneceu até servarrido em 1930. Embora seu governo tenha-se caracterizado pela violenta repressão, havia algumas concessões: acriação do Patronato da Raça Indígena e principalmente a admissão de que as comunidades expropriadas pudessem reclamar as terras tomadas a seus membros. Esta

---

<sup>7</sup> Colombo, Silvia e Soares, Gabriela Pelegrino; *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e Princípios do Século XX*. São Paulo: Humanitas, 1999, 25

<sup>8</sup> Medrano, Eduardo Toche; *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima: Desco-clacso, 2008, 35.

<sup>9</sup> O termo yanacona remonta ao período Incaico, significando aquele que estava fora dos hails, as aldeias organizadas pelos chefes locais ligados ao Império. No período colonial refere-se ao trabalhador que não sendo proprietário, nem assalariado, trabalha a terra para o patrão em troca de um pedaço para cultivar. Ver: Mar, José Matos e Mejía José Manuel; "La Reforma Agrária em El Peru". Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980, 37.

<sup>10</sup> Um balanço destas primeiras experiências pode ser observado em Informe Central AL III Congreso de la Confederación Campesina Del Peru, 5, 6 e 7 de dezembro de 1970. In: *Voz Campesina Lima*, CCP, março de 1972, P: 6.

possibilidade aberta em 1929 seria a primeira brecha no sistema de captura de terras do país iniciado na segunda metade do século XIX<sup>11</sup>.

Se a crise de 1929 seria ressignificada em alguns países, como um marco para sua industrialização (Brasil) o mesmo não se daria no Peru. Politicamente ela marcou a queda de Leguía, a ascensão de Victor Raúl Haya de La Torre e seu APRA,<sup>12</sup> e sua derrota para o general Sanchez Cerro em 1931. Para o movimento camponês a década de 1930 seria marcada pela repressão política,<sup>13</sup> dificuldades de organização e os efeitos da crise de 1929, nas áreas mais vinculadas à exportação, como o departamento açucareiro de Lambayeque. Houve congressos regionais, como em 1934<sup>14</sup>. Contudo o cotidiano campesino era caracterizado por duríssimas condições de trabalho, bem como pelo avanço contra as terras comunais. Essa situação segue sem grandes alterações até o fim da segunda guerra Mundial, durante os governos de Cerro (1931-1933), Manuel Benavides (1933-1939) e Manuel Prado (1939-1945).

Ao final da segunda guerra mundial, como muitos países na América Latina e na Europa Ocidental viveu-se no Peru uma primavera democrática. Luiz Bustamante foi eleito com o apoio do Apra, quer retornava a atuar na costa açucareira<sup>15</sup>. Durante este período Oliveros, ainda à frente da pouco efetiva federação de Yanacostas organizou com apoio de socialistas, apristas e comunistas a Confederación Campesina Del Perú (CCP) em dezembro de 1947. Entretanto a entidade teve muito pouco tempo para se estruturar. Lideranças do Apra, como em 1932, estimularam um levante de marinheiros na tentativa de derrubar o governo. O movimento foi contido, mas o presidente Bustamante foi deposto por um golpe militar de corte oligárquico.<sup>16</sup> Estabelecia-se assim a ditadura do general Manuel Odría, que se estenderia

---

<sup>11</sup> Cotler, Julio; *Peru: Estado, Classe e Nação*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006, 145.

<sup>12</sup> O Apra era a Aliança Popular Revolucionária Americana. Criado por Haya de La Torre em seu exílio no México em 1924 propunha amplas reformas como a agrária, a valorização da cultura indígena e estatização de amplos setores da economia.

<sup>13</sup> A repressão intensificou-se após o levante frustrado dos apristas em 1932, já que estes desenvolviam alguma atuação na zona açucareira.

<sup>14</sup> Salgado, Carlos Monge; *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina del Perú*. Lima: Latino-American Studies Association, 1989, 45

<sup>15</sup> Burenios, Charlot; *Huando: Testemuño de um Fracaso. Habla El Sindicalista Zózimo Torres*. Lima: IEP, 2001, 35.

<sup>16</sup> De acordo com Julio Cotler até os anos 1950 as forças armadas eram o “cão de guarda” das oligarquias agrárias. Lembremos que embora os proprietários desfrutassem de importante soma de poder político, controlando os governos locais e regionais, seu poder econômico era mais limitado. O país exportava

entre 1948 e 1956. Este período conforme<sup>17</sup> marca a ampliação do êxodo rural no Peru. Lima cresce como tantas capitais em nosso continente, com a formação dos “pueblos jóvenes ou barreadas” (favelas). O Estado com uma política clientelista amplia suas funções.

Em 1956 o já veterano Haya de La Torre aceita um acordo com os setores oligárquicos e seu partido passa a cogovernar com os históricos rivais na chamada convivência sob a liderança do presidente Manuel Prado, que voltava ao poder por eleições diretas.

A reabertura política possibilitou o reflorescimento dos movimentos camponeses.

Na Costa o Apra se rearticulava e ocorriam greves, enquanto comunidades camponesas buscavam recuperar terras perdidas na expansão açucareira. Na Serra, o partido comunista dinamizava ocupações de terra. Salgado faz uma descrição da divisão do país quanto à ação das principais forças políticas, que se vinham desenvolvendo desde 1956: Em La Convención, (departamento de Cuzco) o predomínio era esquerdista na liderança de Hugo Blanco, que atraiu atenção internacional nas ocupações de terra de 1962. Em Puno a atuação era mais viva por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o Apra disputavam o controle desde as áreas costeiras como Lima e Lambayeque, abrangendo os trabalhadores da cana-de-açúcar até as comunidades da Serra Central ao passo que a Ação Popular do futuro presidente Fernando Belaunde Terry controlava a federação do noroeste Departamento de Piura e o APRA controlava a federação de Cajamarca<sup>18</sup>. Assim a regionalização foi-se desenvolvendo rapidamente, embora houvesse tentativas de centralização. Enquanto os movimentos camponeses cresciam o governo Prado criou a Comisión para la Reforma Agraria y la Vivienda, que funcionou entre 1956 e 1960. A Comissão recomendava ao final dos trabalhos a realização da reforma, mas deixando intactos os complexos açucareiros da costa.

Se em 1961 ocorreu uma greve de Yanacostas, o ano seguinte significou o aumento das mobilizações: o Apra organizou o congresso da Federación Campesina Del Perú, enquanto a CCP, sob controle de Pátria Roja, uma cisão maoista do Partido Comunista Peruano organizou o segundo congresso da CCP. Isso não significou, de acordo com Salgado, uma coordenação

---

basicamente açúcar e algodão, como produtos agrícolas e as principais rendas vinham do setor mineiro, com produtos como o cobre e o petróleo. Isso será importante no momento da reforma agrária, quando parte dos militares mudarem de posição em relação ao tema. Cotler, Julio; *Peru: Estado, Classe e Nação*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006, 135 / Salgado, Carlos Monge; “Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80”. *Debate Agrario*. Lima: Cepes, No. 5, Janeiro-março de 1989, 57.

<sup>17</sup> Cotler, Julio; 2006, 135

<sup>18</sup> Salgado, Carlos Monge; “La Reforma Agraria y El Movimiento Campesino”. *Debate Agrario*. Lima: CEPES, No. 7, Julio-septiembre de 1989, 67.



nacional, pois ocupações de terras e greves, ou marchas de sacrifício eram feitas em nível local ou regional. Neste mesmo ano dar-se-ia a mais importante das mobilizações: na Província de La Convención, departamento de Cuzco o líder trotiskista, Hugo Blanco, iniciou ocupações de terra, e expediu seus próprios decretos de reforma agrária. A reação foi imediata: mortes de líderes campesinos, e prisão de Hugo Blanco, que seria condenado a 25 anos de prisão.

Eric Hobsbawm viu neste movimento camponês, um protesto no estilo “pré-político”, ou seja, não tinha aspirações maiores do que a conquista da terra<sup>19</sup>. Entretanto não seria esta a percepção de setores militares que participavam do golpe, que apeou do poder o presidente Manuel Prado e instalou o general Pérez Godoy. A razão imediata do golpe era impedir a vitória provável de Haya, mas o temor de explosões no campo estava visível. Assim a primeira providência além da repressão foi estabelecer uma lei de reforma agrária, específica para a província de La Convención. A segunda foi criar as bases para uma futura lei de Reforma agrária.

Em 1963 Fernando Belaunde Terry era eleito presidente. No dia de sua posse registravam-se ocupações de terras e o exército as reprimiria. Hugo Blanco em entrevista concedida ao autor recorda: “Os outros camponeses viram a reforma em la Convención e pensavam: se eles conseguiram por que não podemos conseguir também?”<sup>20</sup> No ano seguinte aprova-se a lei de reforma agrária. De acordo com<sup>21</sup>, eram quarenta trâmites entre declaração expropriatória e a adjudicação das terras aos camponeses. Em quatro anos e meio de reforma quatorze mil famílias foram beneficiadas, bem mais que as mil e quinhentas do Brasil, que não esqueçamos aprovou sua lei de reforma agrária, sob regime militar em 1964. Quando perguntei a Marcelino Bustamante, dirigente da Confederación Nacional Agrária sobre a reforma Belaundista ele me esclarecia: “Para algo serviu: porque agora sabíamos que a reforma era possível.”<sup>22</sup>

Enquanto a lei de reforma agrária era lentamente executada, ainda que um cadastro feito deve ter servido de base para a reforma velasquista, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria, liderado por Luiz de La Puente tentava a insurreição, justo a partir da província, que

<sup>19</sup> Hobsbawm, Eric; *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 157.

<sup>20</sup> Blanco, Hugo. Entrevista inédita ao autor em 13 de abril de 2013.

<sup>21</sup> Mar, José Matos e Mejía José Manuel; 1980, 137.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Marcelino Bustamante, então secretário da Confederación Nacional Agraria ao autor em 20 de julho de 2011.

deflagrara a reforma em 1962, La Convención. Hugo Blanco recorda: “De La Puente veio falar comigo: “E então quando vocês rebentam?” “Quando o povo quiser.” “Não, não depende do povo, sim do partido.” Embora a memória de Hugo possa estar orientada por suas críticas ao marxismo de linha soviética ou cubana, o fato é que os movimentos revolucionários de 1965 foram facilmente derrotados. Como ele mesmo lembra os camponeses não apoiavam a guerrilha do Mir, porque pensavam que a mesma atraía a atenção da polícia e do exército, agora que tinham conquistado a terra. Em outras regiões o movimento camponês seria duramente reprimido. A CCP e a entidade aprista parecem ter entrado em hibernação.

Mas os dirigentes do Caem, como o general Edigardo Mercado Jarrin percebiam que a possibilidade de novos movimentos armados era pelo menos potencial. A experiência cubana na qual Fidel Castro usara o campo para cercar a cidade comovia corações e mentes na esquerda e deixava os planejadores militares em todo o continente preocupados. Assim se a reforma agrária não estava na pauta pública inicial dos líderes, que sob comando de Velasco Alvarado empolgaram o poder em 1968, muito provavelmente já estava em seus horizontes. Proprietários ficariam indignados, dirigentes da CCP perplexos e os líderes de base buscariam aproveitar a oportunidade.

### **Reforma agrária sob regime militar (1969-1980)**

“Eu era presidente de minha comunidade, Bichayal. Quando tive a notícia de que a International Petroleum Company foi estatizada, enviei um telegrama ao general Velasco, parabenizando e pedindo a reforma agrária”

Andrés Luna Vargas em entrevista ao autor.

Depois de retirar o presidente da República do palácio e prender uns poucos apristas, que resistiam ao golpe, a primeira missão militar do novo regime foi ocupar as refinarias petrolíferas da International Petroleum Company. O golpe fora dado com o pretexto da perda da famosa página 11 da Ata, que regulava as indenizações que o Estado pagaria a companhia. Contudo poucos meses depois haveria uma nova missão.

Em 20 de junho de 1969 protestos estalaram em Ayacucho onde estudantes lutavam pelo ensino secundário gratuito. Por outro lado havia rumores de que dirigentes da Sociedad Nacional Agraria, histórica entidade dos terratenentes, estariam preparando um golpe de



estado. Haviam aliás perdido um importante aliado, o general José Benavides, que deixara o Ministério da Agricultura<sup>23</sup>.

No dia 23 de junho uma reunião de gabinete, que se estendeu por todo o dia e só terminou no amanhecer do dia seguinte marcava a assinatura do decreto-lei 17716, que determinou a reforma agrária. Limite de cinquenta hectares na costa, 150 na serra, a partir do qual se poderia expropriar. Indenização paga conforme o que fosse declarado para pagamento de impostos. Instituição de um tribunal agrário para julgar as expropriações, sem possibilidade de recursos.<sup>24</sup>As áreas expropriadas seriam administradas em princípio pelo Estado, num primeiro momento militares, depois técnicos nomeados pela direção de reforma agrária. Haveria várias formas de organização, sendo as principais as cooperativas agrárias de Produção para a Costa e as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (espécie de agregado entre as fazendas e as comunidades campesinas vizinhas) para a serra. Não era objetivo governamental criar, pelo menos num primeiro momento, produtores independentes. A ideia era fazer deles cultivadores, sócios de suas cooperativas. A agropecuária aqui cumpriria múltiplas funções: exportação de gêneros, abastecimento de uma Lima, que cresciamercado interno para a indústria, que o Estado incentivaria, ou criaria via nacionalizações, e não menos importante, base de massa do novo regime, que teria nos beneficiários da reforma um seguro apoio. A emancipação das cooperativas e mesmo a existência de pequenas parcelas independentes deveriam ficar para um segundo momento. A Amazônia peruana seria destinada para projetos de colonização, como sua similar brasileira<sup>25</sup>.

Dois dias depois do anúncio da reforma, os tanques de guerra cumpriram uma missão pouco convencional: ocupar o Engenho Casa Grande e desapropriá-lo. As reações foram as mais variadas: no campo proprietário perplexidade. Chama a atenção do observador como em sete anos nove milhões de hectares passaram de mãos privadas para estatais, quase sem resistência. Digo quase, porque havia a forma passiva: Inicialmente a parcelação da propriedade que era permitida no primeiro decreto-lei. Foi famosa a luta de Zózimo Torres, o sindicalista da Fazenda Huando, produtora de Laranjas para impedir a parcelação do latifúndio entre alguns parentes de Antonio e Fernando Grana e mesmo alguns camponeses.

<sup>23</sup> Mayer, Enrique; *Cuentos Féos de La Reforma Agraria*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2009, 36

<sup>24</sup> Ver: Atas Del Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada. Período 1969, 23 de junho de 1969. Ver também: Posición de la SNA face a ley de Reforma Agraria. Lima, SNA, julio Del 1969.

<sup>25</sup> Mayer, Enrique; 2009, 65

Foi preciso atrair os jornais e ir ao Chino, como Velasco era conhecido<sup>26</sup>. Depois havia a descapitalização: máquinas eram levadas, animais abatidos.

De qualquer maneira não houve uma reação coordenada para impedir a reforma, como assistimos várias vezes no Brasil.<sup>27</sup> No caso peruano as interpretações são múltiplas: Para a questão<sup>28</sup> está relacionada ao fato de os proprietários não terem tanta projeção econômica. Afinal o país continuava a ser um exportador de produtos minerais. Além do mais seu poder político tinha sido liquidado com o fechamento do congresso, dos partidos, e mesmo com a centralização do poder, já que parlamentos municipais e regionais estavam fechados. Já Luiz Gamarra Otero tem outra percepção: para ele, que assumiu a presidência da SNA, poucos meses depois da reforma, tratou-se de falta de unidade da classe: cada um pensou que não aconteceria com ele, já que muitos tinham importantes relações no governo<sup>29</sup>.

Quanto aos camponeses as reações variaram: Em dezembro de 1970, já com várias desapropriações realizadas e uma base de movimento camponês em plena ação de tomada de terras, a direção da Confederación Campesina Del Peru realiza o III Congresso da entidade. Influenciada pelo maoísmo, sob liderança do advogado Saturnino Paredes, do grupo Patria Roja a direção taxava de terratenente a reforma agrária. Terratenente porque os proprietários receberiam uma indenização e os camponeses após os cinco primeiros anos, teriam de pagar pela terra. Marcelino Bustamante em entrevista citada recorda: “Foi neste momento que saí da CCP. Eu dizia que preferimos?: ter os tanques de guerra em cima da gente ou a reforma agrária.”<sup>30</sup>

Se para quem estava na direção em Lima punha-se em questão apoiar ou não a reforma, para os que atuavam no interior a dúvida não se colocava. Às vezes contando com o apoio do Sinamos<sup>31</sup> outras por conta própria os movimentos buscavam acelerar o processo, como em

---

<sup>26</sup> Burenios, Charlot; *Huando: Testemuño de um Fracaso. Habla El Sindicalista Zózimo Torres*. Lima: IEP, 2001, 135

<sup>27</sup> No Brasil o presidente João Goulart assinou o decreto de desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias federais e duas semanas depois estava deposto. O novo governo militar conseguiu aprovar num congresso resistente uma lei, que permitia a reforma agrária. Teria exclamado um dirigente da Sociedade Rural Brasileira: “Vamos ter que começar tudo de novo!”. Bruno, Regina Angela Landin, “Estatuto da Terra Entre a Conciliação e o Confronto”. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1995, 13-45.

<sup>28</sup> García, Hanry Pease; *El Ocaso Del Poder Oligárquico*. Lima: Desco, 1986.

<sup>29</sup> Otero, Luiz Gamarra; “Un Testemuño Personal”. In: Vegas de Cáceres, Ileana (org); *A Trienta y Ocho Años de la Reforma Agraria*. Lima, Fundación J. M. Bustamante de la Fuente, 2008, 175

<sup>30</sup> O termo terratenente aplica-se aos grandes proprietários rurais.

<sup>31</sup> Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social. Órgão criado pelo regime para estender as bases de apoio ao governo.

Piura e Cajamarca (1971) ou em Andahuailas, departamento de Apurimac em 1974<sup>32</sup>. Se para a direção da CCP só eram válidos estes movimentos se os camponeses afirmassem não pagar pela terra o mesmo não se dava para muitas das bases, que buscavam garantir sua posse. A reação do governo variou de caso para caso: ocupações em Piura foram aceitas, mas as de Andahuailas teria uma atuação ambígua. Luna Vargas dirigente da CCP dissidente<sup>33</sup> recorda: “Tenho a ata em que o governo reconhecia a tomada de terras, mas poucos dias depois eu e outros dirigentes fomos presos.” O regime militar tentava controlar o movimento camponês. Em 1972 foi promulgado o decreto-lei 19400 que regulamentava as comunidades campesinas e indígenas, fechava a Sociedad Nacional Agraria, e criava a Confederación Nacional Agraria, objetivando congregar os beneficiários da reforma numa estrutura piramidal de sindicatos locais, federações departamentais e confederação nacional, muito similar àquelas desenvolvidas décadas antes por Vargas e Perón. Contudo, se o congresso de Instalação da Confederación Nacional Agraria (CNA) foi realizado com toda pompa no antigo congresso da República, no marco do sexto aniversário do golpe militar, a entidade jamais monopolizaria a representação campesina, que permaneceria em disputa.

Mas e como ficaria o setor reformado? Mar-mejía nos lembram os permanentes conflitos nas cooperativas e sociedades agrícolas de interesse Social. Técnicos contra sócios, trabalhadores eventuais contra sócios, entre sócios. Nas sociedades erradas, havia as lutas entre comunidades e antigas haciendas, já que nas primeiras não se sentiam os benefícios da reforma. Não por acaso em Ayacucho em 1976 e Puno em 1987, comunidades com o apoio da CCP-Luna Vargas ocupariam terras das antigas haciendas e acabariam vendendo reconhecidas suas posses.

---

<sup>32</sup> Mar, José Matos e Mejía José Manuel; 1980, 143.

<sup>33</sup> Em 1973 foi convocado o IV congresso da Confederación Campesina Del Perú. A presença do grupo de Luna Vargas foi repudiada a pedradas pelo grupo liderado por Paredes e Justiniano Menaya. Poucos dias depois Menaya seria morto em uma tentativa de tomada de uma pequena propriedade, o que gerou acusações de colaboracionismo por parte dos Paredistas. O grupo Vargas articulado em torno da Vanguarda Revolucionaria, de feição trotskista conseguiu organizar uma assembleia de delegados em agosto de 1973 e maio amio de 1974 organizou um novo IV Congresso, também utilizando o nome CCP. Ainda haveria um pequeno grupo denominado Estrella Roja, que se articularia com o nome CCP, mas deixou poucos vestígios. Confederación Campesina Del Peru- IV Congreso Nacional Campesino. Torre Blanca, CCP 5, 6 e 7 de maio de 1974. Ver também: “Asamblea de delegados de Huaura-Sayam, Confederación Campesina Del Peru”, 31 de agosto e 1 de Setembro de 1973. In: *Voz Campesina*, Maio de 1974, P: 8. Para a versão do grupo de Paredes Cf: “Gloria a Justiniano Menaya!” In: *Voz Campesina*, Junho de 1976, P: 3-6.

Os problemas no meio agrário seriam importantes: Mário Ginocchio, um agrônomo que se tornou gerentada cooperativa Alares em Piura esclarecia que a fazenda não comportava o número de sócios estabelecidos para a cooperativa, mas que a indicação vinha da direção de Reforma Agrária<sup>34</sup>. Uma série de depoimentos prestados a Angel Fernandez de la Gala<sup>35</sup>, no início da década de 1980 explicava o porque de muitos antigos sócios de cooperativas costeiras preferirem parcelar a propriedade das terras: Uns alegavam que trabalhavam duro, enquanto outros não o faziam, outros lembravam a falta de crédito do Banco Agrário, que funcionava como Banco comercial, havia ainda os que lembravam o temor da volta dos grandes proprietários e aqueles que mais simplesmente sentiam-se melhor com sua própria parcela: “Eu não queria cooperativa, queria meus quatro hectares, mas vinha a “reforma agrária” e nos pressionava para estar em cooperativa”, explicava um depoente.

Assim embora a reforma andasse rápido do ponto de vista da adjudicação das terras às cooperativas, o difícil era fazer funcionar o sistema: falta de créditos, adubos, inseticidas e atraso no pagamento das colheitas vendidas às empresas estatais, além dos preços baixos. Desta maneira enquanto muitos ainda lutavam pela terra, outros começavam a se decepcionar com o sistema adotado. Zózimo Torres, que foi importante líder das lutas dos inícios dos anos 1970 em Huando lembrava: “vinham pedir para trabalhar só três dias na semana, isso não era possível.”

Enquanto isso o ano de 1975 marcaria importantes mudanças na macropolítica peruana: um doente general Velasco Alvarado sofreria um golpe palaciano e seria substituído por seu ministro da Economia general Francisco Morales Bermúdez. Duas facções disputaram o controle do regime. Uma liderada pelo general Leônidas Rodríguez defendia o aprofundamento da Revolução no caminho de alguma forma de socialismo. A outra que contava com apoio na marinha e aeronáutica sustentava um retorno a um padrão liberal na economia.

O ano de 1976 mostrou claramente esta disputa: por um lado foi o ano onde as expropriações e adjudicações de terras ocorreram em maior número. Entretanto em uma carta enviada a

---

<sup>34</sup> Mayer, Enrique; 2009, 135

<sup>35</sup> De la Gala, Angel Fernandez; “La Reforma Agraria no Fracasa, Tampoco lós Campesinos. Lo Único que Fracasa és la Cooperativa”. In: Eguren, Fernando (org); *Las Parcelaciones de lãs Cooperativas Agrarias Del Perú*. Chiclayo, Solidaridad, 1985.

Bermúdez, o presidente da Confederação Nacional Agrária, Luiz male apresentava uma série de queixas. O Jornal El Comercio não fora entregue à entidade como o prometido, mas o pior era que a repressão governamental se abatia sobre sindicalistas comprometidos com o sistema. “Muitos dizem que a Revolução terminou”. Chamava a atenção para o crescimento do partido comunista e do aprano meio rural<sup>36</sup>. Enquanto isso a CCP-Luna Vargas intensificava as ocupações de terra em Ayacucho enquanto o grupo de Saturnino Paredes ficava envolvido nas disputas com a central homônima.

A crise econômica, que se desenvolvia desde a alta dos preços do petróleo e consequente aumento dos juros internacionais desde 1973 levava o regime a adotar medidas liberais na economia. Era hora de cortar gastos, não estatizar mais e cobrar a dívida das cooperativas. Em 1977 o governo anuncia o Plan Tupac Amará, que significava cortes de gastos, ainda que promettesse eleições para uma Constituinte e presidenciais. A reação não se fez esperar: os movimentos operários e camponeses articularam-se e em julho de 1977 realizaram uma greve geral, repetindo o feito no ano seguinte. A greve não revertia os cortes de gastos, embora os movimentos talvez tenham garantido a convocação da Constituinte.

No meio agrário o crédito reduzia-se o governo tentava inutilmente cobrar a dívida, que os camponeses não conseguiam pagar. Multiplicavam-se as denúncias de malversação do dinheiro nas cooperativas e as condições de vida se debilitavam. As centrais camponesas viviam momentos distintos: a CCP-luna Vargas conseguia ver o histórico Hugo Blanco retornar ao país após dezesseis anos de prisão e exílio e ser eleito deputado à constituinte. Para a CNA a participação nas greves gerais teria consequências importantes: Em maio de 1978 a sede da entidade foi cercada pelos tanques do exército, seus bens foram apreendidos e a organização foi declarada ilegal, ainda que por pouco tempo. Enquanto isso a CCP-Paredes perdia projeção junto ao movimento social.

Num congresso de 1978 realizado pela CCP-luna Vargas, o dirigente da CNA, Avelino Marques, também ele eleito para a constituinte, aceitara a unidade das duas centrais. Contudo Marques perdeu a disputa interna da CNA em 1979 e a unidade não se estruturou. Este ano marca a promulgação de mais uma constituição no Peru. A reforma agrária feita pelo

---

<sup>36</sup>Consejo Nacional y Junta directiva Nacional de Confederación Nacional Agrária - Opinión del campesino sobre la situación actual del país y del setor, que se hace llegar al Señor Presidente de La República. CNA, Lima, 3 de setembro de 1976,4.

velasquismo estava intocada e as terras das comunidades tinham os famosos três is (inalienável, imprescritível inembargável) em relação às suas terras. Nas eleições de 1980 o mesmo Fernando Belaunde Terry, que fora expulso do país, chegava ao poder pela via democrática.

No que dizia respeito ao meio agrário, a terra já não seria uma reivindicação tão fundamental na década, que se iniciava, ainda que em seu II Congresso os dirigentes da CNA recordassem que havia milhares de camponeses sem terra. A questão agora era o que fazer com ela.

### **Democracia, guerra civil e Questão Agrária**

“Tenho uma carta de um camponês que me dizia que sua comunidade iria semear à noite contra a vontade do Sendero Luminoso. Me explicava que suas balas podiam acabar, mas as pedras não. O Sendero foi expulso daquela comunidade.”

Andrés Luna Vargas em entrevista ao autor.

Nos primeiros meses do governo de Fernando Belaunde Terry aprovou-se a lei número 02 chamada Ley de Promoción y Desarrollo Agrario. A lei tinha duas características que provocaram a reação tanto da CCP, quanto da CNA, que se uniram em uma “Frente Unitario para El Desarrollo Del Agro Nacional (Fudan-1981). A primeira era a que permitia o investimento de grandes grupos econômicos internacionais na Amazônia peruana, já que especialmente no caso da CNA, esta era vista como uma possibilidade para que os sem-terra pudessem se instalar. A outra era a que tornava legalmente possível a parcelação das terras nas zonas reformadas. Todas as organizações camponesas, que vimos estudando (CCP-Luna Vargas, CCP-Paredes e CNA) apelaram insistentemente aos camponeses para que não parcelassem as terras de suas cooperativas.

Como poderiam os camponeses individualmente administrar ínfimas propriedades que resultariam desta divisão?<sup>37</sup> Entretanto como poderiam ser mantidas cooperativas endividadas, que não recebiam crédito, que não tinham apoio do ministério da agricultura? Para o camponês cooperativado do começo dos anos 1980 havia uma série de temores: em primeiro lugar a perda da terra para o Banco agrário. Em segundo a possibilidade de volta dos

---

<sup>37</sup> Ver: Voz Campesina, Fevereiro de 1981, P: 3. Confederación Nacional Agraria, III Congreso Santa Rosa de Yocopa, 24 de junho de 1982.



antigos padrões, que agora em muitos casos, faziam o papel de comerciantes levando a produção para a cidade. Outrossim como vimos havia também a questão da indisciplina. Na memória de muitos que optaram pela parcelação, muitos camponeses tinham perdido o interesse pelo trabalho num contexto de crise sem remédio. Além disso houve casos em que a parcelação foi muito conveniente para gerentes que malversavam fundos, já que sem cooperativa não havia como processá-los<sup>38</sup>.

Desta maneira o processo de parcelação se acelerou, apesar dos apelos das entidades. Em 1985 Alán García, candidato do apra, e Alfonso Barrantes da Izquierda Unida (incorporava partidos que atuavam no meio agrário como Vanguarda Revolucionaria), prometeram rever as parcelações, os parceiros em várias regiões criaram a Asociación Nacional de Parcelários (Anapa). Logo a ideia, que acabaria por prevalecer era manter o parcelamento, onde ele se realizava.<sup>39</sup> Os depoimentos dados a Gala, indicavam uma relativa satisfação dos parcelários, ainda que houvesse críticas a algumas situações como a falta de apoio bancário e os juros cobrados pelos comerciantes.

Conforme as reivindicações dos anos 1980<sup>40</sup> já não abarcavam a terra, exceto em Puno, onde como vimos as comunidades se organizaram para tomar as terras das sociedades Agrícolas de Interesse Social. O país fora afetado pelo fenômeno El Niño em 1983, que causou seca em Puno e inundações em Piura. Além disso a política econômica de corte liberal, facilitava as importações de alimentos, o que se podia melhorar a situação dos habitantes das cidades, tornava duríssimas as condições de vida no campo. Assim crédito, subsídio à produção, preços mínimos, amparo às regiões atingidas por crises climáticas eram as reivindicações levantadas pelos delegados aos congressos da CCP e da CNA. Contudo um outro tema ganhou ao longo da década a atenção dos dirigentes campesinos: a violência.

Em 1969 Abimael Guzmán conseguiu conformar uma cisão maoista de Patria Roja O Partido Comunista Del Perú por El Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui, ou mais simplesmente o Sendero Luminoso. Após um paciente trabalho gestado nos anos de 1970 o

---

<sup>38</sup>De la Galla, Angel Fernandez; “La reforma agraria no fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa es la cooperativa”. In: López, Fernando Eguren (Org); *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em El Perú*. Chiclayo: Solidaridad, 1985, 289-290

<sup>39</sup>Figalo, Flávio e Vega, Juan F. Anapa; “Que clase de gremio y gremio de que clase”. *Debate Agrário*. Lima, Cepes, no. 2, abril-junho de 1988, 51-68.

<sup>40</sup>Salgado, Carlos Monge; “La Reforma Agraria y El Movimiento Campesino”. *Debate Agrário*. Lima: CEPES, No. 7, Julio-septiembre de 1989, 69

grupo irrompeu na cena peruana, primeiro queimando urnas eleitorais, depois dinamitando torres de energia elétrica e mais tarde assassinando policiais, ou mesmo lideranças de esquerda, que discordavam de sua proposta. Era a “quota de sangue” necessária para que o partido chegasse ao poder<sup>41</sup>. Os senderistas à moda maoista escolheram o meio agrário para desencadear suas operações. Andrés Luna Vargas recorda: “O Sendero chegava em um povoado: matava os ladrões de gado, os estupradores, o povo gostava. Mas logo diziam: “Vocês só podem plantar o suficiente para comer. Não podem vender a produção.” Isso é o mesmo que dizer, que amanhã o sol não sai!”<sup>42</sup>. Os dirigentes de entidades camponesas ficaram literalmente entre dois fogos: Podiam ser acusados de traidores pelos senderistas ou de terroristas pelas forças armadas ou grupos pára-militares. Conforme Gregore Houve comunidades campesinas, que literalmente desapareceram ao sofrer o extermínio por parte dos dois bandos em luta<sup>43</sup>.

Essas lideranças ainda enfrentavam um problema: como se declarar contra o Sendero, se a organização era de esquerda. Essa tensão ainda pode ser encontrada nas falas de dirigentes atuais. Marcelino Bustamante teve sua casa dinamitada, mas não consegue atribuir ao Sendero este fato. Andrés Luna Vargas em 1985 ao escrever o relatório ao VI Conselho da CCP, reconhecia que o caminho senderista era equivocado, mas guardava a maior parte das críticas ao Estado. Hoje ainda que não reconheça mais como viável o caminho senderista, atribui-lhes o heroísmo ao lembrar de seu amigo Julio Cezar Mezich, provavelmente morto em combate. De todo modo a questão da segurança, conforme ganhou projeção importante neste período<sup>44</sup>. Salientemos que embora Alberto Fugimore colhesse os louros da vitória sobre o Sendero foi a resistência organizada nas rondas campesinas, que levou a primeira derrota estratégica da organização. As rondas foram associações criadas inicialmente para combater o roubo de gado, após a reforma agrária, especialmente no departamento de Piura. Com o crescimento do Sendero as Rondas passaram a combater os guerrilheiros, contando ou não com apoio das

---

<sup>41</sup> Gorrite, Gustavo; *Sendero: Historia de La Guerra Milenária em El Peru*. Lima: Editorial Planeta, 2008, 57. Ver também Rémiq – José Luiz; *La Batalla por Puno: Conflicto y Nación en los Andes Peruanos*. Lima, Sepes-Sur, 2004, P: 315-317.

<sup>42</sup> Entrevista inédita de Andrés Luna Vargas ao autor em 23 de abril de 2013.

<sup>43</sup> Degregore, Carlos Ivan; *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1996 2007, 17

<sup>44</sup> Salgado, Carlos Monge; “La Reforma Agraria y El Movimiento Campesino”. *Debate Agrario*. Lima: CEPES, No. 7, Julio-septiembre de 1989, 76

forças armadas, já que muitas vezes os militares temiam armar os campesinos<sup>45</sup>. Conforme lembra Luna Vargas em sua entrevista o sendero procurou atacar Lima e as grandes cidades, porque não encontrava mais espaço no interior de departamentos como Ayacucho e Piura.

Em 1985 com a ascensão de Alán Garcia, que prometia pagar a dívida externa do Peru com dez por cento do valor das exportações<sup>46</sup> os dirigentes da CCP no citado Conselho Nacional aproveitavam para pedir a prioridade do agro sobre a dívida. García realizava os Remanaky, encontros com presidentes de comunidades campesinas, mas o setor agrário continuou em geral sem recursos. Lembremos que além do problema da luta senderista e do Tupac Amarú Peru vivia a hiperinflação comum a outros países do continente à época, chegando a sete mil por cento ao ano em 1989.<sup>47</sup>

Mudanças importantes ocorreram no Peru e no mundo ao fim da década: Internacionalmente a derrubada do muro de Berlim e dos regimes nominalmente socialistas do leste Europeu, além do fortalecimento do neoliberalismo nos EUA e na Inglaterra, punha em descrédito as propostas socialistas. No Peru a tentativa de Alán Garcia de estatizar bancos em 1987, a hiperinflação, a atuação mais amplada Sendero Luminoso nas cidades levaram ao florescimento de duas candidaturas neoliberais: o escritor Mario Vargas Llosa e o engenheiro Agrônomo Alberto Fujimori. Fujimori venceu prometendo uma implantação moderada do neoliberalismo. Contudo os cortes de gastos foram draconianos e o presidente enfrentava importante oposição. Em abril de 1992 foi desfechado um golpe civil-militar e Fujimori implantou uma “democratura” no dizer de Julio Cotler, posto que por pressões internacionais teve de convocar uma constituinte.

Na era fujimorista as organizações camponesas perderam protagonismo. Manifestações poderiam ser identificadas ao terrorismo. CCP, CNA e a Confederación General de Campesinos Del Peru criaram a casa campesina tentando conseguir com organizações não governamentais europeias empréstimos para financiar tratores, adubos, etc.<sup>48</sup> Entretanto os

---

<sup>45</sup> Degregore, Carlos Ivan; *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1996, 145.

<sup>46</sup> Qualquer observador que ler jornais de meados dos anos 1980 saberá que o não pagamento da dívida externa era uma bandeira por toda América Latina.

<sup>47</sup> Movimento Revolucionario Tupac Amarú foi uma dissidência da esquerda Unida, que atuou entre 1984 e 1997. O movimento teve choques importantíssimos com o Sendero Luminoso. Rémiq, José Luiz; *A Revolução Peruana*. São Paulo: Unesp, 2009, 176.

<sup>48</sup> Moreno, Julio Alfaro; *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*. Lima: Fundación Friedrich Hebert, 1994, 57.

empréstimos pouco resultado traziam: “O irmão campesino não entendia que teríamos que pagar por aquilo”, explicava Bustamante. O Estado retirava-se do apoio à agricultura, que já era escasso nos anos 1980.

Em 1993 foi aprovada em plebiscito a constituição votada no congresso fugimorista. As comunidades perdiam os três is, podendo metade dos membros presentes a uma assembleia decidir pela sua desagregação. As poucas cooperativas açucareiras, que restavam tinham de se parcelar para não serem atropeladas pela cobrança da dívida. Era o fim da Reforma Agrária?

### **A Questão Agrária em nossos dias**

Com a derrota do Sendero Luminoso, a repressão sobre movimentos campesinos e o regime de Fugimore aparentemente consolidado, sendo o ditador reeleito na base de uma inflação extremamente baixa, num amplo programa de privatizações, parecia que o tema agrário, assim como outras formas de contestação estariam proscritos no Peru. Entretanto as denúncias de corrupção e as constantes violações dos direitos humanos com execussão de militantes sociais, levaram a conformação de uma frente opositora, que no ano 2000 articulou-se em torno de Alejandro Toledo. O Cholo (mestiço) foi derrotado oficialmente, mas em 2001 as denúncias que envolveram o presidente e seu obscuro assessor de segurança Vladmiro Montesinos tanto em compra de deputados, como em conivência com violações trouxeram de volta as manifestações de rua, que levaram o ditador a fugir para o Japão, sua terra de origem. Durante a primeira década do século XXI os movimentos camponeses buscaram rearticular-se. Em primeiro lugar internacionalmente a CCP tornou-se membro da Via Campesina, organização criada pelo MST do Brasil após o massacre de Eldorado de Carajás, quando dezenove sem terras foram assassinados em abril de 1996. Também faz parte da Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo. CCP e CNA hoje buscam articular-se mantendo suas especificidades. Os temas indígenas e cológicos agora ganharam maior importância. Hugo Blanco, o líder histórico da entidade, ainda hoje participa de lutas contra mineradoras estrangeiras, pois elas se instaladas extraem a água necessária ao cultivo. Em 2009 ocorreu um vigoroso um protesto em Bágua cidade Amazônica onde os indígenas rejeitavam fortemente a cessão de suas terras à companhias petroleiras, madeireiras e mineradoras. Um pouco antes Alán Garcia ao defender a cessão de terras dos camponeses para empresas estrangeiras publicou o famoso artigo Síndrome Del Perro Del Hortelano, onde

comparava o camponês peruano ao cachorro do hortelão, que não comia os vegetais, mas não deixava ninguém comê-los. O confronto terminou com um número não determinado de camponeses mortos (oficialmente dez, mas fala-se em mil) e vinte e seis policiais sem vida. De qualquer forma o decreto seria suspenso.

Os movimentos camponeses apoiaram Ollanta Humala, que diferente de Keiko a filha de Fugimore foi fazer campanha nas sedes das entidades. A vitória de Umala contou muito com o voto rural, e mesmo a fugimorista tendo ampla margem em Lima o antigo coronel do exército chegou ao poder. Nos primeiros meses de seu governo houve a participação de muitos assessores esquerdistas, e Aida Naranjo, Ministra para as mulheres, vinha dos quadros da CCP. A situação mudaria rapidamente, mas alguns membros da entidade ainda atuam no ministério da agricultura. Hojeas bandeiras dos movimentos camponeses vinculam-se ao ambientalismo, a luta contra a concentração de terras, que vem-se desenvolvendo com a presença de empresas estrangeiras, o esforço de apoiar a agricultura ecológica e finalmente a luta pela defesa da terra, que foi conquistada durante a reforma agrária.

Humala ao tomar posse, reivindicava a bandeirado general Velasco ao lembrar que governaria sob inspiração da constituição de 1979. A memória a respeito deste período varia: O retrato de Velasco está na sede da CNA, e Bustamante em sua fala valoriza extremamente a ação do governo militar. Na CCP não temos um retrato de Velasco, mas na fala de Andrés Luna Vargas se reconhece que a reforma agrária beneficiou muitos camponeses, embora sublinhe a importância do movimento camponês para o desencadear do processo.

### **Conclusão**

A Questão Agrária no Peru esteve historicamente imbricadaao tema indígena. É certo que no período anterior à reforma se utiliza mais o termo campesino e não índio, já que à época o mesmo era extremamente pejorativo. A Reforma foi decretada justamente no dia do índio, 24 de junho e Velasco recordava a célebre frase de Tupac Amarú, o líder da revolta popular do fim do século XVIII: “Camponês: o Patrão não comerá mais da tua Pobreza”. A reforma velasquista foi um projeto integrador, buscando incorporar ao processo de desenvolvimento nacional (capitalista ou socialista era uma questão em aberto naquele moment) com os objetivos descritos a cima: incorporação do campesino ao mercado interno, como produtor de gêneros e consumidor de produtos industriais, ampliação da base social do regime e mesmo

sua possível preparação para defesa do país, pois defendendo a terra cooperativizada, estariam também prontos à defesa nacional.

O saldo econômico da reforma pode ser questionado, na medida que embora se tenha redistribuído a terra, não se passou a segunda parte: crédito, mercados subsídios, inseticidas. Contudo o resultado político pode ser matizado. Ao parcelar as propriedades das cooperativas no início dos anos 1980 não estariam os camponeses defendendo a reforma agrária, batalhando pela manutenção da terra conquistada? Lembremos quealém da ação governamental de redistribuição das terras, muito se conseguiu pela ação dos movimentos.

Ao organizar em meados daquela mesma década as rondas onde se combatia o Sendero Luminoso, não estavam novamente garantindo a terra conquistada ao evitar uma coletivização imposta pelo protoestado senderista? Hoje quando se resiste a presença de mineradoras e petroleras especialmente onde houve a reforma agrária (costa e serra) não se defende outra vez a terra conquistada?

Desta maneira o significado da reforma agrária que é tão criticado em análises liberais, por suas dificuldades econômicas, pode ser ao avaliarmos o processo por outros ângulos.